I - acervo processual: o total de processos distribuídos e vinculados ao(à) Relator(a);

II - acervo processual excedente: o volume de processos distribuídos e vinculados ao(à) Relator(a), em quantitativo superior ao limite anual estabelecido;

III - acumulação de acervo processual: assunção de acervo processual excedente.

Art. 3º-B É devida licença compensatória ao Auditor/Conselheiro Substituto na proporção de 1 (um) dia de licença compensatória para cada 5 (cinco) dias de trabalho.

Art. 3º-C A gratificação de acúmulo de acervo processual será regulamentada por ato próprio do Tribunal de Contas do Estado do Pará."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 5 de janeiro de 2024.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 10.337, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Institui o Dia Estadual de Luta e Combate ao HIV/AIDS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual de Luta e Combate ao HIV/AIDS, a ser celebrado, anualmente, no dia 1º de dezembro.

Art. 2º O Dia Estadual de Luta e Combate ao HIV/AIDS não será considerado feriado civil.

Art. 3º No referido mês, serão encorajadas ações visando promover campanhas, atividades e atos públicos voltados para celebrar a luta contra o HIV/AIDS em espaços e locais públicos, sejam eles físicos ou virtuais, além de medidas que visem o combate ao HIV/AIDS através de medidas educativas, comunicação e publicidade sobre o tema, dentre outras medidas pertinentes.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 5 de janeiro de 2024.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI Nº 10.338, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Institui, no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Consciência Negra.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído, no calendário oficial de eventos do Estado do Pará, o Dia Estadual da Consciência Negra, a ser celebrado, anualmente, no dia 13 do mês de maio.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO, 5 de janeiro de 2024.

HELDER BARBALHO

Governador do Estado

LEI COMPLEMENTAR Nº 172, DE 5 DE JANEIRO DE 2024

Altera e acrescenta dispositivos à Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a reorganização da Defensoria Pública do Estado do Pará e da carreira de seus Membros.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARÁ estatui e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O §9º do art. 3º da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º

§9º O Defensor Público-Geral será substituído em suas faltas, licenças, férias e impedimentos, obedecida a ordem, pelos Subdefensores Públicos-Gerais de Gestão e Institucional, nomeados pelo Defensor Público-Geral dentre os integrantes estáveis da carreira."

Art. 2º O art. 7º da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 7º A Defensoria Pública do Estado do Pará compreende:

I - Órgãos de Administração Superior:

- Defensoria Pública-Geral;
- Subdefensoria Pública-Geral de Gestão;
- Subdefensoria Pública-Geral Institucional;
- Conselho Superior da Defensoria Pública;
- Corregedoria-Geral da Defensoria Pública;

II - Órgãos de Atuação:

- Defensorias Públicas;
- Núcleos da Defensoria Pública;

III - Órgãos de Execução:

- Defensores Públicos de Classe Inicial Substitutos;
- Defensores Públicos de Classe Inicial Titularizados;
- Defensores Públicos de Classe Intermediária;
- Defensores Públicos de Classe Final;
- Defensores Públicos de Classe Especial.

IV - Órgão Auxiliar: Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado."

Art. 3º O art. 8º, inciso XXVI da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

XXVI - nomear o Subdefensor Público-Geral de Gestão, o Subdefensor Público-Geral Institucional e o Corregedor-Geral;"

Art. 4º Fica acrescido ao art. 8º da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, o inciso XXXV, com a seguinte redação:

"Art. 8º

.....

XXXV - delegar funções administrativas."

Art. 5º O §2º do art. 8º da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º

§2º Ocorrendo a hipótese do parágrafo anterior, exercerá interinamente o cargo de Defensor Público-Geral, o Subdefensor Público-Geral de Gestão até a posse do novo Chefe da Defensoria Pública eleito para complemento do mandato, que ocorrerá no prazo de 30 (trinta) dias contados da vacância, observado, no que couber, o disposto nesta Lei."

Art. 6º A Subseção II da Seção I do Capítulo II do Título II da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a ser denominada "DOS SUBDEFENSORES PÚBLICOS GERAIS"

Art. 7º O art. 9º da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9º O Subdefensor Público-Geral de Gestão e o Subdefensor Público-Geral Institucional, Órgãos da Administração Superior, serão nomeados pelo Defensor Público-Geral, dentre os integrantes estáveis da carreira, maiores de 35 (trinta e cinco) anos.

§1º Incumbe ao Subdefensor Público-Geral de Gestão:

I - substituir o Defensor Público-Geral em suas faltas, licenças, férias e impedimentos;

II - supervisionar o planejamento da Defensoria Pública sobre as normas técnicas de elaboração dos planos, programas, projetos e orçamento, promovendo o acompanhamento de sua execução;

III - auxiliar o Defensor Público-Geral nos contatos com autoridades, órgãos públicos e particulares, e com o público em geral, no que concerne a assuntos da Defensoria Pública;

IV - supervisionar e acompanhar as atividades administrativas da Defensoria Pública;

V - exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Defensor Público-Geral.

§2º Incumbe ao Subdefensor Público-Geral Institucional:

I - substituir o Subdefensor Público-Geral de Gestão em suas faltas, licenças, férias e impedimentos;

II - auxiliar o Defensor Público-Geral nos assuntos institucionais, em especial na organização e orientação dos órgãos que coordenam e executam a atividade-fim da Defensoria Pública;

III - coordenar os concursos para ingresso na carreira de Defensor Público;

IV - exercer as atribuições que lhe forem delegadas pelo Defensor Público-Geral."

Art. 8º O art. 10, inciso I da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 10.

I - como membros natos:

- Defensor Público-Geral;
- Subdefensor Público-Geral de Gestão;
- Subdefensor Público-Geral Institucional;
- Corregedor-Geral da Defensoria Pública;
- Ouvidor-Geral da Defensoria Pública."

Art. 9º O art. 11, inciso XIII da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11.

XIII - dar posse aos Subdefensores Públicos-Gerais do Estado;"

Art. 10. O art. 18, incisos I e II da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18.

I - NÍVEL DE ACESSORAMENTO:

- Gabinete do Defensor Público-Geral;
- Núcleo de Planejamento;
- Núcleo de Controle Interno.

II - NÍVEL DE GERÊNCIA SUPERIOR:

- Diretoria Metropolitana;
- Diretoria do Interior;
- Escola Superior da Defensoria Pública;
- Diretoria de Administração e Finanças;
- Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica;
- Diretoria de Comunicação Social."

Art. 11. Fica acrescida à Seção II do Capítulo II do Título III da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, a seguinte Subseção V, composta pelo art. 24-A:

"Subseção V

Da Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica

Art. 24-A. À Diretoria de Inovação e Transformação Tecnológica, diretamente subordinada ao Defensor Público-Geral, compete coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as atividades de inovação e transformação tecnológica, no âmbito de sua competência."

Art. 12. Fica acrescida à Seção II do Capítulo II do Título III da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, a seguinte Subseção VI, composta pelo art. 24-B:

"Subseção VI

Da Diretoria de Comunicação Social

Art. 24-B. À Diretoria de Comunicação Social, diretamente subordinada ao Defensor Público-Geral, compete coordenar, controlar, executar, orientar e acompanhar todas as atividades de comunicação da Defensoria Pública, no âmbito de sua competência."

Art. 13. Fica alterado o art. 88 da Lei Complementar nº 054, de 7 de fevereiro de 2006, que passa a vigorar com a seguinte redação: